

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE  
INTERNACIONAL DESTINADO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DAS  
CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DE FUNCIONAMENTO DO INTERCETOR  
GERAL DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA COSTA DO  
ESTORIL**

**TA\_23\_059\_PQ\_S\_002\_DMA**

**PROGRAMA DO CONCURSO**

**julho 2023**

## **CAPÍTULO I**

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto do Concurso**

O presente concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade internacional, tem por objeto a **“Prestação de Serviços para a Inspeção e Avaliação das Condições Estruturais e de Funcionamento do Intercetor Geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril”**, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e nos seus Anexos, que dele fazem parte integrante

### **Artigo 2.º**

#### **Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S. A., adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130, com o endereço eletrónico [geral.adta@adp.pt](mailto:geral.adta@adp.pt), telefone: +351 213 107 900 e fax +351 213 107 901.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão que tomou a Decisão de Contatar**

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da Tejo Atlântico, em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2023, como consta da respetiva ata.

### **Artigo 4.º**

#### **Plataforma Eletrónica**

1. O presente procedimento é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível através do sítio <http://www.acingov.pt>, doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, nos termos e mediante as indicações constantes da mesma.

3. O anúncio do concurso foi publicado, de acordo com o n.º I dos artigos 130.º e 131.º do CCP, no Diário da República e no JOUE, respetivamente.

### **Artigo 5.º**

#### **Fases do procedimento**

O presente concurso limitado por prévia qualificação com publicidade internacional integra as seguintes fases:

- a) Apresentação e análise das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase);
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação (2.ª Fase).

### **Artigo 6.º**

#### **Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos**

- 1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados/concorrentes na plataforma eletrónica referida no n.º I do artigo 4.º:
  - a) Até às 23h59 do termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase).
- 2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Júri do procedimento, na plataforma eletrónica referida no n.º I do artigo 4.º, até:
  - a) Até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.ª Fase);
- 3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
- 4. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 166.º do CCP, respeitantes à fase da apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das candidaturas deve ser

prorrogado, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado, conforme disposto no n.º I do artigo 175.º do CCP.

5. A prorrogação do prazo de entrega das candidaturas aproveita a todos os interessados.

## **CAPÍTULO II**

### **FASE DAS CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS**

#### **Artigo 7.º**

##### **Qualificação dos candidatos**

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, nos termos do artigo 179.º do CCP, sendo qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

#### **Artigo 8.º**

##### **Requisitos mínimos de capacidade técnica**

- I. Os candidatos devem cumprir os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica:
- a) A comprovação, efetuada através da análise dos elementos a apresentar de acordo com a alínea I.d) do artigo 10.º deste Programa do Concurso, da execução, nos últimos 10 (dez) anos de, pelo menos, 2 (duas) prestações de serviços de idêntica natureza ao trabalho submetido a concurso, desenvolvidas em troços de coletor, não visitáveis, com grandes diâmetros ( $D > 1200\text{mm}$ ), de valores não inferiores a 300.000,00€ (trezentos mil euros), e obrigatoriamente com recurso a equipamentos de inspeção vídeo combinado CCTV + SONAR montados em dispositivo flutuante; caso essas prestações de serviços tenham sido concluídas em ano anterior ao do presente concurso, os seus valores, para este efeito, serão atualizados através dos índices de preços ao consumidor (sem habitação) publicados oficialmente para cada ano pelo Instituto Nacional de Estatística;
  - b) A comprovação, efetuada através da análise dos elementos a apresentar de acordo com a alínea I.c) do artigo 10.º deste Programa do Concurso, de dispor dos meios humanos referidos no ponto 4.3.2 do anexo I do Caderno de Encargos, devendo o Diretor Técnico da Prestação de

Serviços ter qualificação mínima que deverá obedecer às seguintes condições:

- i. Engenheiro com comprovada experiência profissional, mínima de 5 (*cinco*) anos, em direção/coordenação de equipas de trabalho em inspeção vídeo CCTV+SONAR em redes de saneamento de grande diâmetro.
  - ii. Possuir experiência efetiva na direção de, pelo menos 2 (*dois*) trabalhos de natureza idêntica ao trabalho em questão. Entende-se por “natureza idêntica” trabalhos em coletores de diâmetro mínimo de 1200mm, águas residuais, inspeção vídeo CCTV+ SONAR e dificuldades de acesso ao interior dos coletores, quer pela distância entre câmaras de acesso/câmaras de visita, quer pela profundidade de instalação das tubagens.
  - iii. Experiência comprovada na análise de dados oriundos da inspeção VIDEO CCTV+SONAR incluindo a emissão de relatórios estruturais das infraestruturas em análise. Estes dados deverão ser comprovados por, entre outros, declarações emitidas pelos donos de obra atestando a autoria dos relatórios e respetiva capacidade técnica, por relatórios assinados pelo próprio, artigos escritos ou apresentações em eventos públicos, em trabalhos similares conforme indicado na alínea b).
  - iv. Experiência comprovada na realização de relatórios de avaliação da corrosão em infraestruturas de redes de saneamento de águas residuais com recurso a dados sobre o efeito da corrosão no betão e concentrações de H<sub>2</sub>S. Estes dados deverão ser comprovados por, entre outros, declarações emitidas pelos donos de obra atestando a autoria dos relatórios e respetiva capacidade técnica, por relatórios assinados pelo próprio, artigos escritos ou apresentações em eventos públicos, em trabalhos similares conforme indicado na alínea b).
2. No caso de o Candidato ser constituído por um agrupamento de empresas considera-se que os requisitos mínimos de capacidade técnica são preenchidos se algum dos membros que o integrem os preencha individualmente.
  3. A experiência técnica exigida nas alíneas c) e d) pode ser satisfeita por outros elementos que não o Diretor Técnico, desde que esses elementos estejam afetos à equipa da prestação de serviços.
  4. Os candidatos devem cumprir os requisitos mínimos de capacidade financeira a que se referem os n.ºs 4 do artigo 164.º e n.º 4 do artigo 165.º e o n.º 3 do artigo 179.º do CCP, a comprovar

nos termos de declaração bancária conforme o modelo que constitui o Anexo VI do referido Código.

5. Todos os dados contidos nos documentos de qualificação devem, sempre que tal se justifique, nomeadamente pela existência de dúvidas sobre a respetiva veracidade, poder ser confirmados por documentos comprovativos que o candidato apresente, por solicitação do Júri, ou por quaisquer diligências que este efetue junto do candidato ou de terceiros, considerando-se que a mera apresentação da candidatura constitui autorização bastante do candidato para este efeito.

## Artigo 9.º

### Documentos que constituem as candidaturas

- I. As candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III, IV, V e VI;
  - b) Declaração bancária conforme o modelo que constitui o Anexo VI do CCP conforme **ANEXO I** do Programa do Concurso;
  - c) Declaração, que mencione a composição nominativa da equipa responsável pela execução do trabalho a que se refere o número 4.3.2 do Caderno de Encargos, que integre o quadro de colaboradores permanentes das empresas constituintes, por áreas de especialidade, acompanhada dos respetivos curriculum vitae e certificados de habilitações literárias e profissionais, de acordo com os modelos A e B do **ANEXO II** deste Programa do Concurso. Acompanhando a declaração deverá ser apresentado o respetivo organigrama da equipa responsável pela execução do trabalho. Esta declaração deverá ser assinada pelos respetivos representantes. Servem os documentos exigidos nesta alínea para comprovar os requisitos mínimos de Capacidade Técnica, exigidos na alínea b) no artigo 8.º deste Programa do Concurso.
  - d) Lista de trabalhos executados da mesma natureza do colocado a concurso, em conformidade com o modelo apresentado no **ANEXO III** deste Programa do Concurso, acompanhada das respetivas declarações abonatórias em conformidade com o **ANEXO IV**

- deste Programa do Concurso; essas declarações devem referir o montante, tipo de intervenção, data e local de execução dos trabalhos e se os mesmos foram executados de acordo com as regras da arte e regularmente concluídos. Servem os documentos exigidos nesta alínea para comprovar os requisitos mínimos de Capacidade Técnica, exigidos no exigidos na alínea a) no artigo 8.º deste Programa de Concurso.
- e) Documentos comprovativos da experiência técnica do Diretor Técnico da Prestação de Serviços exigida nos pontos iii) e iv) da alínea b) do artigo 8.º deste Programa do Concurso;
  - f) Declaração do Concorrente onde indique os serviços que serão objeto de subcontratação.
2. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por:
- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III, IV e VI;
3. Caso o candidato revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a candidatura deve ainda ser constituída por declaração elaborada conforme modelo apresentado no Erro! A origem da referência não foi encontrada. **VI** deste Programa do Concurso (Acordo – Promessa de Constituição), contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
4. Caso o candidato revista a forma de um agrupamento:
- a) O documento previsto na alínea a) do n.º I deve ser apresentado por todos os seus membros;
  - a) Os documentos previstos nas restantes alíneas do n.º I podem ser apresentados por apenas um ou alguns dos seus membros por todos os seus membros.
5. Todos os documentos referidos no número I devem ser redigidos em língua portuguesa, ou no caso de não serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.

## **Artigo 10.º**

### **Prazo para apresentação das candidaturas**

As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, n.º 1, do presente Programa do Concurso, até às 23h59 do 42.º (*quadragésimo segundo*) dia, a partir da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia e no Diário da República.

## **Artigo 11.º**

### **Modo de apresentação das candidaturas**

1. Os documentos que constituem as candidaturas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b) Contenha as informações que permitam relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do Concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica já referida, de um documento, que permita comprovar os poderes da representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a candidatura ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, caso exista, devendo ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

## **Artigo 12.º**

### **Lista de candidatos e consulta das candidaturas apresentadas**

1. O Júri do concurso, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à publicação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º.



2. Os candidatos incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as candidaturas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua candidatura.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

### **Artigo 13.º**

#### **Decisão de qualificação**

1. O Júri elabora o relatório preliminar de qualificação que é comunicado aos candidatos, mediante a sua publicitação na plataforma eletrónica, mencionada no n.º 1 do artigo 4.º.
2. Sem prejuízo dos demais casos previstos no presente Programa do Concurso, são motivo de exclusão das candidaturas, os referidos no n.º 2 do artigo 184.º do CCP.
3. Os candidatos podem, querendo, pronunciar-se por escrito através da plataforma, mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
4. Findo o prazo referido no número anterior e face às pronúncias que sejam apresentadas, ou não, o Júri elabora relatório final de qualificação dos candidatos podendo ainda propor a exclusão de qualquer candidato se verificar, nesta fase, a existência de qualquer dos motivos a que se refere no n.º 1 do artigo 186º do CCP, caso em que se deverá observar o disposto no n.º 2 do mesmo artigo.
5. A decisão de qualificação tomada pelo órgão competente para a decisão de contratar, é comunicada a todos os candidatos, mediante notificação a realizar na plataforma eletrónica, mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, com junção do relatório final de qualificação.
6. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de qualificação e notificar os candidatos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o termo fixado para a apresentação das candidaturas.

### CAPÍTULO III

#### FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

##### Artigo 14.º

###### Convite

Com a notificação da decisão de qualificação, a Tejo Atlântico, envia a todos os candidatos qualificados, através da plataforma eletrónica mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, um convite à apresentação de proposta, nos termos do artigo 189.º do CCP.

##### Artigo 15.º

###### Critérios de Adjudicação e de Desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, com base nos seguintes fatores de apreciação e respetivas ponderações:
  - a. Qualidade técnica da Proposta .....60%
  - b. Preço Contratual .....40%
2. Para a análise das propostas utilizar-se-á a metodologia constante do **ANEXO VII** do presente Programa do Concurso.
3. Tendo presente o critério de adjudicação referido no ponto 1, no caso de 2 (*duas*) ou mais propostas obterem o mesmo resultado/pontuação final, estabelece-se, como critérios de desempate os seguintes:
  - a. Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço unitário mais baixo do artigo 2.3. do Anexo III do Convite que corresponde ao mesmo artigo indicado no Anexo II do Caderno de Encargos – Mapa de trabalho;
  - b. Se, após a aplicação do critério estabelecido no número anterior, o empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço unitário mais baixo do artigo 2.2. do Anexo III do Convite que corresponde ao mesmo artigo indicado no Anexo II do Caderno de Encargos – Mapa de trabalhos;
  - c. Se, após a aplicação dos critérios definidos nas alíneas anteriores, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço unitário mais baixo do artigo 3.1. do Anexo III do Convite que

corresponde ao mesmo artigo indicado no Anexo II do Caderno de Encargos – Mapa de trabalhos;

- d. Caso o empate persista depois de aplicados os critérios indicados nas alíneas anteriores, será realizado um sorteio, com a presença dos representantes das entidades que apresentem as propostas empatadas, mediante prévia convocatória, escrita, por parte da Tejo Atlântico, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, definindo-se, através dessa comunicação, os termos, data, hora e local da realização do sorteio. Da realização do sorteio será lavrada ata, a assinar por todos os presentes.

## **Artigo 16.º**

### **Decisão e notificação da adjudicação**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora o relatório preliminar, sobre a admissão ou proposta de exclusão das propostas e sua ordenação para efeitos de adjudicação de acordo com o critério referido no Artigo 16.º do presente Programa do Concurso.
2. Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes através da plataforma eletrónica mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, para que, querendo, se pronunciem por escrito, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis.
3. Findo o prazo referido no número anterior e face às pronúncias que sejam apresentadas, ou não, o Júri elabora relatório final, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a existência de qualquer dos motivos referidos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, caso em que se deverá observar o disposto no n.º 2 do artigo 148.º do mesmo código.
4. A decisão de adjudicação é comunicada a todos os concorrentes, mediante notificação a realizar na plataforma eletrónica mencionada no n.º 1 do artigo 4.º, com junção do relatório final fundamentado, nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.
5. Para efeitos de análise das propostas, o Júri poder solicitar aos concorrentes documentos comprovativos das especificações técnicas indicadas para os serviços propostos.
6. Sob pena de exclusão, os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que a constituem, de acordo com a legislação aplicável.

7. Sob pena de exclusão, todos os documentos que constituem a proposta são redigidos obrigatoriamente em português.
8. O Júri reserva-se ao direito de, caso entenda, solicitar esclarecimentos ou comprovativos aos concorrentes ou a terceiros respeitantes à proposta apresentada.

## Artigo 17.º

### Documentos de habilitação

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º supra, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Documento elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao CCP, que constitui **ANEXO VII** ao Programa do Concurso;
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário;
  - e) Certidão do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
  - f) Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. Caso o Adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou de no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c), d) e e) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

5. Quando os documentos de habilitação exigidos de encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por período não superior a 5 (cinco) dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada à tejo Atlântico antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP
  - b) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão de irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:
  - a) Declaração de compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VIII** do presente Programa de Concurso;
  - b) Declaração com identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO IX** do presente Programa de Concurso.

## Artigo 18.º

### Caução

- I. Para a garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual, no prazo de 10 (*dez*) dias a contar da notificação da adjudicação.

2. A caução referida no número anterior deve ser prestada, de acordo com os documentos mencionados no ponto 22 do Convite.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

### **Artigo 19.º**

#### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento ou Consórcio.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

### **Artigo 20.º**

#### **Celebração do Contrato**

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas inerentes celebração do contrato.

### **Artigo 21.º**

#### **Novos Serviços**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º I do artigo 27.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares aos do objeto do presente concurso limitado com prévia qualificação com publicidade internacional.

## **CAPÍTULO III**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 22.º**

##### **Sigilo**

Os candidatos obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus colaboradores, quer por seus contratados, quanto a informação, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente concurso ou subsequentes procedimentos, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo ou dos procedimentos subsequentes.

#### **Artigo 23.º**

##### **Dados pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das candidaturas, os Candidatos assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os candidatos podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do endereço [dpo.adta@adp.pt](mailto:dpo.adta@adp.pt).

## **Artigo 24.º**

### **Legislação aplicável**

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP.



## **ANEXO I**

### **Modelo de declaração bancária**

[a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Programa de Concurso]

Procedimento de **Prestação de Serviços para a Inspeção e Avaliação das Condições Estruturais e de Funcionamento do Intercetor Geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril - TA\_23\_059\_PQ\_S\_002\_DMA**, cujo anúncio foi publicado no **Diário da República de...**, e no **Jornal Oficial da União Europeia de...** (se aplicável).

... (designação, número de identificação fiscal e sede) (adiante, instituição de crédito), neste ato representada por... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de... (qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra), com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) (adiante, candidato) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

a) A instituição de crédito obriga-se, perante o candidato e a **Águas do Tejo Atlântico, S.A.**, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 514 387 130 e com sede na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcântara, sita na Av. de Ceuta, 1300-254 Lisboa, a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;

b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;

c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

... (local),... (data),... (assinatura).

## ANEXO II

### Modelos de Declaração da Composição Nominativa da Equipa Técnica, responsáveis pela Execução do trabalho e de “Curriculum” dos Técnicos Respetivos

[a que se refere a alínea c) do n.º I do artigo 9.º do Programa de Concurso]

#### A. Modelo da declaração

F \_\_\_\_\_ (denominação social e sede da empresa candidata ou de cada uma das empresas do agrupamento candidato), declara(m) que a composição nominativa da equipa responsável pela execução da **Prestação de Serviços para a Inspeção e Avaliação das Condições Estruturais e de Funcionamento do Intercetor Geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril** é a seguinte:

- Diretor Técnico da Prestação de Serviços;  
(nome conforme curriculum próprio)
- Coordenador da inspeção  
(idem)
- Responsável pela Recolha e Edição de Dados  
(idem)
- Chefe(s) de Equipa  
(idem)
- Coordenador de Segurança  
(idem)

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura(s): \_\_\_\_\_

---

## B. Modelo dos “currículo”

➤ Nome:

---

➤ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

➤ Idade: \_\_\_\_\_

➤ Grau académico: (indicar os graus que possui e as escolas superiores que lhes conferiram e os anos em que os obteve)

➤ Anos de experiência profissional: \_\_\_\_\_

➤ Qualificações principais: (resumo em não mais de 200 palavras)

➤ Experiência profissional nos domínios relacionados com a execução de serviços de inspeção e de avaliação de natureza idêntica à da presente Prestação de Serviços nos últimos 5 anos: *(resumir cada experiência indicando apenas o cliente, o ano de realização, a designação, a dimensão e a localização)*

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura(s): \_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### Modelos de Listas de Trabalhos Executados da Mesma Natureza

[a que se refere a alínea d) do n.º I do artigo 9.º do Programa de Concurso]

A empresa \_\_\_\_\_ (indicar designação social e sede) apresenta a seguinte demonstração da sua capacidade técnica precedente nos últimos 10 (dez) anos através da enumeração das suas atividades relacionadas com a execução da Prestação de Serviços de inspeção e avaliação com termo em ... de 200....,

Designação da Prestação de Serviços	Cliente	Comprimento do(s) coletor(es) inspecionado(s) (por diâmetro)	Valor final da Prestação de Serviços	Prazo da Prestação de Serviços	Data de conclusão da Prestação de Serviço

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura(s): \_\_\_\_\_

(em papel oficial das declarantes)

## ANEXO IV

### Modelo de Declaração abonatória de Trabalhos de Inspeção e Avaliação Semelhantes

#### aos Considerados no Presente Concurso

[a que se refere a alínea d) do n.º I do artigo 9.º do Programa de Concurso]

F \_\_\_\_\_ (indicar designação social e sede),  
proprietária da \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (indicar designação), declara, para  
os devidos efeitos, que a empresa \_\_\_\_\_  
(indicar designação social e sede) efetuou/participou em consórcio com (se aplicável) \_\_\_\_\_  
a/na execução da Prestação de Serviços de inspeção e Avaliação de (designação respetiva)  
\_\_\_\_\_, com o valor global de \_\_\_\_\_ (indicar o montante da Prestação  
de Serviços pago em euros), no período compreendido entre \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ (indicar meses  
e anos), tendo desempenhado os serviços adjudicados de uma forma plenamente satisfatória e eficiente  
cumprindo as suas obrigações contratuais e os objetivos previstos. A empresa e os seus quadros  
técnicos afetos à Prestação de Serviços demonstraram capacidade técnica e competência profissional.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **ANEXO V**

### **Metodologia de Avaliação das Propostas**

[a que se refere o n.º 2 do artigo 15.º do Programa de Concurso]

#### **I. METODOLOGIA GERAL**

De acordo com o artigo 15.º do Programa de Concurso, o critério de adjudicação da presente prestação de serviços é o da proposta economicamente mais vantajosa, com base nos seguintes fatores de apreciação e respetivas ponderações:

Fatores de Apreciação	Ponderação %
1. Qualidade Técnica da Proposta	60 %
2. Preço	40 %

A classificação final de cada proposta resultará do somatório das pontuações parciais obtidas em cada fator, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação.

#### **2. AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”**

A avaliação deste fator tem em consideração os documentos da proposta, nomeadamente:

- Clareza e adequação do Plano de Trabalhos;
- Idem da Memória Descritiva e Justificativa do modo de organização e prestação dos serviços e metodologias de ação;
- Idem da metodologia para a avaliação das condições de operação, de manutenção e estruturais do intercetor Geral do SSCE e das suas câmaras de visita;
- A adequação da afetação de cada um dos técnicos da equipa articulada com o cronograma da prestação de serviços;
- A adequação e afetação dos equipamentos propostos;
- A abordagem das soluções técnicas para a execução dos trabalhos;
- Clareza e adequação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho;
- Outros elementos, de apresentação facultativa, que o Candidato considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente procedimento.

A pontuação do fator Qualidade Técnica da Proposta será atribuída, numa escala de 0 a 10 valores, com base na seguinte metodologia:

Proposta de muito boa qualidade e com um nível excelente de detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos em apreciação.	10
Proposta de boa qualidade e com um bom nível de detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos em apreciação	8
Proposta de qualidade satisfatória e com um nível aceitável de detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos em apreciação	6
Proposta de qualidade fraca e com um nível mediano de detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos em apreciação	4
Proposta de muito fraca qualidade que não satisfaz o especificado no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos em apreciação	2
Proposta de sem qualidade, não evidenciando qualquer garantia de satisfazer o Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos em apreciação	0

**Nota: As pontuações ímpares classificarão as apreciações intermédias.**

### 3. AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO GLOBAL DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS”

Ao fator de avaliação *Preço Global* será atribuída uma pontuação de valor igual ou menor que 10. A classificação, neste fator, é atribuída pela aplicação da seguinte expressão:

Se Valor da Proposta  $i > 700.000,00\text{€}$

$$\text{Pontuação}_{(\text{Proposta } i)} = 8 \times \frac{\text{PBC} - V_i}{\text{PBC} - 700.000}$$

Se Valor da Proposta  $i \leq 700.000,00\text{€}$

$$\text{Pontuação}_{(\text{Proposta } i)} = 10 - 2 \times \frac{V_i}{700.000}$$

em que:

**Pontuação**  $\text{Proposta } i$  é a pontuação a atribuir ao fator *Preço Global*, com um máximo de 10 pontos;

**$V_i$**  é o valor da proposta  $i$ ;

**PBC** Preço Base do concurso (no contexto do CCP, corresponde ao preço máximo que a empresa prevê para a realização dos trabalhos).

## ANEXO VI

### Modelo de Acordo-Promessa de Constituição

[a que se refere o n.º 3 do artigo 9.º do Programa de Concurso]

F, \_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a celebração do contrato de **Prestação de Serviços para a Inspeção e Avaliação das Condições Estruturais e de Funcionamento do Intercetor Geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril - TA\_23\_059\_PQ\_S\_002\_DMA**, e nos termos do número 10 do Convite, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em agrupamento ou Consórcio. (a) ou Agrupamento

A participação qualitativa de cada empresa no agrupamento ou consórcio a constituir é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa \_\_\_\_\_ representará o agrupamento ou Consórcio perante a Águas do Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para \_\_\_\_\_ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Águas do Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Águas do Tejo Atlântico a qualquer alteração na composição do agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura (b) \_\_\_\_\_

(a) - No caso de o agrupamento ou Consórcio adotar alguma designação especial, acrescentar: "adotando o agrupamento a seguinte designação especial: \_\_\_\_\_" (em maiúsculas).

(b) - Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



## ANEXO VII

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 17.º do Programa de Concurso]

I - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário no procedimento de **Prestação de Serviços para a Inspeção e Avaliação das Condições Estruturais e de Funcionamento do Intercetor Geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril - TA\_23\_059\_PQ\_S\_002\_DMA**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), Assinatura (11)

(1) *Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.*

(2) *No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada>>.*

(3) *A acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.*

(4) *No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada>>.*

(5) *Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.*

## **ANEXO VIII**

### **Declaração de Compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Águas do Tejo Atlântico, S.A.**

[a que se refere a alínea a) do n.º 9 do artigo 17.º do Programa de Concurso]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com o fornecimento de bens à Águas do Tejo Atlântico, S.A..

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

## ANEXO IX

### Identificação de Outorgantes e Interlocutores para Efeitos de Comunicação

[a que se refere a alínea b) do n.º 9 do artigo 17.º do Programa de Concurso]

Declara-se que na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Prestação de Serviços para a Inspeção e Avaliação das Condições Estruturais e de Funcionamento do Intercetor Geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril - TA\_23\_059\_PQ\_S\_002\_DMA**, o adjudicatário será representado por xxx, na qualidade de xxx, conforme consta na certidão com o código de acesso xxx (indicar outra forma de delegação se aplicável ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de xxx)

Mais declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

Adjudicatário:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [•]
- Telefone n.º [•]
- Correio eletrónico [•]